



Fórum Nacional de Execução Fiscal - FONEF
Programação

DIA 13/04 – 19h00

Cerimônia de Abertura:

Antônio César Bochenek – Presidente da Ajufe

Ministro Ricardo Lewandowski – Presidente do Supremo Tribunal Federal

Desembargador Federal Fábio Prieto – Presidente do TRF3

Adriana Queiroz Carvalho – Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

DIA 14/04

09h00 – 10h00

Painel: Desjudicialização integral ou parcial da Execução Fiscal: limites e possibilidades.

Presidente de mesa: Presidente da Ajufe - Antônio César Bochenek

Juiz Federal - Paulo Conrado

Procurador-chefe da Fazenda Nacional no Espírito Santo - Renato Mendes Souza Santos

10h00 às 11h15

Painel: Compilação de boas práticas da Execução Fiscal: medidas de gestão processual

Presidente de mesa: Juiz Federal Otávio Port

Secretário Geral do CNJ - Fabrício Bittencourt da Cruz

Desembargador Federal – Joel Ilan Paciornik

Juiz Federal – Denilson Branco

Juiz Federal – Anderson Furlan

11h30 – 12h30

Painel: Garantias processuais sob a ótica da nova legislação

Presidente da Mesa: Juiz Federal Tiago Scherer

Juiz Federal: Renato Lopes Becho

Juiz Federal: Paulo Pimenta

Procuradora-chefe da Divisão de Defesa em 2ª Instância da PRFN 3ª Região: Juliana Furtado Costa Araujo

Advogado: Marcelo Mansur

Advogado: André Marino Gregori



14h00 - 15h00

Painel: Grandes devedores: Medidas para aumentar a efetividade das execuções contra grandes devedores

Presidente da Mesa: Juíza Federal Raquel Coelho Dal Rio Silveira

Juiz Federal: Marco Bruno Miranda Clementino

Procurador-Chefe da Divisão de Grandes Devedores da PRFN 1ª Região Pablo Galas Pedrosa

15h30 - 19h00

GRUPOS DE TRABALHO

DIA 15/04

09h00 – 12h00

Votação em plenária

GRUPOS DE TRABALHO:

- a. Novo CPC e seu impacto sobre as execuções fiscais,
- b. Extinção da competência delegada e seus reflexos na Justiça Federal,
- c. Desjudicialização integral ou parcial da EF: limites e possibilidades,
- d. Responsabilidade Tributária dos sócios.
- e. Compilação de boas práticas da Execução Fiscal: medidas de gestão processual.
- f. Propostas para aumento da efetividade das execuções fiscais (padronização de procedimento dos credores, utilização eficaz dos dados disponíveis nos diversos cadastros informatizados, etc).
- g. Utilização de meios coercitivos extrajudiciais (ex: protesto).
- h. Varas tributárias ou especializadas em Execução Fiscal? Conflito entre competência firmada por resolução de tribunal e a conexão processual do Código de Processo Civil e legislação correlata.
- i. Penhora e suas diversas modalidades: penhora "on line", penhora



sobre o faturamento, penhora na boca do caixa, penhora sobre imóveis e veículos. Criação de cadastro nacional de bens imóveis. Penhora sobre fundos de investimento.

j. Leilões: questões a eles correlatas.

k. Utilização do pje nas execuções fiscais.

l. Grandes devedores: Medidas para aumentar a efetividade das execuções contra grandes devedores.